

Aviso (extracto) n.º 1088/2005 (2.ª série). — Por despacho da subdirectora-geral de 24 de Janeiro de 2005, por delegação de competências do director-geral:

Mónica Cristina Gomes Morim, técnica de administração tributária-adjunta na situação de licença sem vencimento de longa duração — regressa ao serviço, ficando colocada no Serviço de Finanças das Caldas da Rainha na situação de supranumerária. (Isento de visto de Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Despacho n.º 2721/2005 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias*, de 20 de Dezembro de 2004, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe de divisão de Justiça Tributária da Direcção de Finanças de Setúbal, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

3 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

4 — Analisadas as cinco candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato José Alberto Linhas Roxas Pestana cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

5 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, o inspector tributário de nível 2 do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos licenciado José Alberto Linhas Roxas Pestana para o cargo de chefe de divisão de Justiça Tributária da Direcção de Finanças de Setúbal.

6 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 14 de Janeiro de 2005, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

Nota curricular

1 — Dados pessoais — José Alberto Linhas Roxas Pestana, casado, nascido em 26 de Outubro de 1958, natural de Moura (São João Batista).

2 — Habilitações académicas — licenciatura em Direito, conferida pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em 1983.

3 — Actividade profissional:

3.1 — Estágio de advocacia;

3.2 — Exercício de funções docentes, no ano lectivo de 1983-1984;

3.3 — Consultor jurídico de uma autarquia local, desde Outubro de 1985 a 1988;

3.4 — Técnico superior do Ministério da Educação, de 1988 a 1991;

3.5 — Ingresso, em Janeiro de 1992, na Direcção-Geral dos Impostos, como perito de fiscalização tributária de 2.ª classe, colocado na Direcção de Finanças de Setúbal;

3.6 — Inspector tributário do grau 4, nível 2, do GAT, desde Janeiro de 2004;

3.7 — De 1992 a 1994, representante da Fazenda Pública no Tributário de 1.ª Instância de Setúbal;

3.8 — De 1995 até 19 de Dezembro de 2001, desempenho de funções nos serviços de inspecção tributária da Direcção de Finanças de Setúbal, na instrução de processos de averiguações/inquérito.

3.9 — Em 2000 e 2001, coordenador do Núcleo de Investigação Criminal;

3.10 — Desde 20 de Dezembro de 2001, chefe de divisão de Justiça Tributária da Direcção de Finanças de Setúbal, em substituição.

4 — Formação profissional:

4.1 — Frequência de uma acção de formação, sobre o sistema fiscal, que decorreu no centro de formação sito no Campo dos Mártires da Pátria, em Junho e Julho de 1992, com a duração de quatro semanas;

4.2 — Participação numa acção de formação sobre os direitos/garantias dos contribuintes e as competências da administração fiscal, que decorreu no Instituto Politécnico de Setúbal;

4.3 — Participação num seminário realizado no auditório do BNU, destinado a formadores, sobre crimes e contra-ordenações, Lei n.º 15/2001, realizado em Julho de 2001;

4.4 — Curso de gestão pela qualidade na administração tributária, em 2002;

4.5 — Seminário de alta direcção.

5 — Actividade como formador — formação sobre RGIT — regime geral das infracções tributárias, ministrada em 2001, durante cinco sessões diárias.

14 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Listagem n.º 14/2005. — Em cumprimento da obrigação prescrita no artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, publica-se a lista das obras públicas adjudicadas durante o ano 2004 por esta Direcção-Geral, com referência especial dos respectivos valores, formas de atribuição e entidades adjudicatárias:

Lista de empreitadas adjudicadas no ano 2004

Número	Designação da empreitada	Entidade adjudicatária	Forma de atribuição	Valor sem IVA — Euros	Valor com IVA — Euros
1	Impermeabilização do terraço do edifício do SIVA.	BRERA, L. ^{da}	Limitado	123 990,40	147 548,57
2	Revisão da instalação eléctrica e aumento de potência — M. Basto.	Elect. Trans. Santos & Teixeira, L. ^{da}	Ajuste	124 188	28 783,72
3	Revisão da instalação eléctrica e aumento de potência — S. F. Valpaços.	Elect. Trans. Santos & Teixeira, L. ^{da}	Ajuste	23 808,43	28 332,03
4	Revisão da instalação eléctrica e aumento de potência — S. F. Odivelas.	Harl, L. ^{da}	Ajuste	24 462	29 109,78
5	Revisão da instalação eléctrica e sistema de segurança — S. F. Cascais 2.	ENGTEL, L. ^{da}	Limitado	61 823,81	73 570,33
6	Remodelação parcial da iluminação — S. F. Ovar 1.	ONOLUX, L. ^{da}	Ajuste	2 130	2 534,70
7	Revisão da instalação eléctrica — TFP Vizela.	Aurélio Rodrigues, L. ^{da} ...	Ajuste	19 205	22 853,95
8	Remodelação das instalações e infra-estruturas de rede e voz — 61 Tesouraria.	FDO — Projectos/Construções.	Público	838 764,04	988 129,21
9	Remodelação da instalação eléctrica — T. F. Aveiro 2.	ONOLUX, L. ^{da}	Ajuste	4 805	5 717,95
10	Rep. cons. platib. terraço cobert. piso térreo — S. F. Moita.	Nogueira Santos de Almeida, L. ^{da}	Ajuste	11 251,50	13 389,29
11	Beneficiação e remodelação — S. F. de Lisboa 5.	RIBAMINHO, L. ^{da}	Ajuste	10 394,35	12 369,28
12	Reparação da instalação eléctrica e sistema de detecção de incêndios — T. F. Arouca.	ONOLUX, Lda	Ajuste	6 960	8 282,40
13	Beneficiação e remodelação — S. F. Lisboa 9.	RIBAMINHO, L. ^{da}	Ajuste	12 397,27	14 752,75

Número	Designação da empreitada	Entidade adjudicatária	Forma de atribuição	Valor sem IVA — Euros	Valor com IVA — Euros
14	Beneficiação e remodelação — S. F. Sintra 3.	RIBAMINHO, L. ^{da}	Ajuste	14 751	17 553,69
15	Beneficiação e remodelação — S. F. Amadora 3.	RIBAMINHO, L. ^{da}	Ajuste	6 165,58	7 337,04
16	Beneficiação e remodelação — S. F. Alpiarça.	RIBAMINHO, L. ^{da}	Ajuste	10 723,93	12 761,48
17	Beneficiação e remodelação (ampliação) — S. F. Cascais 2.	BRERA, L. ^{da}	Ajuste	24 890,78	29 620,03
18	Impermeabilização terraço da TFP de Lagos.	SOTECNISOL, L. ^{da}	Ajuste	10 071,25	11 984,79
19	Obras diversas no armazém do Prior Velho	RIBAMINHO, L. ^{da}	Ajuste	17 020,45	20 254,34
20	Obras de construção civil na Duque d'Ávila.	RIBAMINHO, L. ^{da}	Limitado	65 422,63	77 852,93
21	Obras de beneficiação na D. F. do Porto 4	Antónia & Curado, L. ^{da}	LIMITADO	24 935,32	29 673,03
22	Remodelação da instalação de energia e dados — D. F. Aveiro, Edifício Oita.	ONOLUX, L. ^{da}	Ajuste	10 693	12 724,67
	<i>Total</i>			1 448 853,74	1 595 135,96

25 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho (extracto) n.º 2722/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 17 de Janeiro de 2005:

Kátia Ruth Rodrigues e Aragão Ferreira, Vítor Jaime Pereira Alves, Paulo Alexandre Major Duarte Lopes, Sérgio António de Madeira Pinto e Manuel Maria Rodrigues Alves Barreiros, técnicos superiores de orçamento e conta da carreira de técnico superior de orçamento e conta (área jurídica) do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeados, precedendo concurso, na categoria de técnico superior de orçamento e conta principal da carreira de técnico superior de orçamento e conta (área jurídica), do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, conforme o constante do mapa IV do Decreto-Lei n.º 420/99, de 21 de Outubro.

19 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *Francisco Brito Onofre*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA JUSTIÇA

Despacho conjunto n.º 108/2005. — Pelo despacho n.º 1046/2001, de 15 de Novembro, foram nomeados os membros da Comissão de Fiscalização do Instituto Nacional de Medicina Legal, a qual é constituída por três membros, sendo um deles revisor oficial de contas.

Por imprescindível e na sequência da cessação de funções do revisor oficial de contas nomeado ao abrigo do citado despacho n.º 1046/2001, de 15 de Novembro, torna-se necessário proceder à nomeação de novo membro da comissão de fiscalização, mantendo-se em funções os demais membros anteriormente nomeados.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 96/2001, de 26 de Março, que aprovou os Estatutos do Instituto Nacional de Medicina Legal, é nomeado vogal da Comissão de Fiscalização do Instituto Nacional de Medicina Legal o Dr. José Manuel Bernardo Vaz Ferreira, revisor oficial de contas n.º 1094.

12 de Janeiro de 2005. — O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *António José de Castro Bagão Félix*. — Pelo Ministro da Justiça, *Miguel Bento Martins da Costa Macedo e Silva*, Secretário de Estado da Justiça.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA CULTURA

Despacho conjunto n.º 109/2005. — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no cumprimento da delegação de competências estabelecida pelo despacho n.º 23 142/2004, de 19 de Outubro, da Ministra da Cultura, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 265, de 11 de Novembro de 2004, são aprovados os programas das provas de conhecimentos

específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso na carreira de técnico superior, área funcional de estudo, promoção e realização de projectos de investigação na área da conservação das técnicas de produção artística e da ciência dos materiais, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal do Instituto Português de Conservação e Restauro, constantes do anexo do presente despacho, do qual fazem parte integrante.

17 de Janeiro de 2005. — A Directora do Instituto Português de Conservação e Restauro, *Ana Isabel Menano Seruya Cardoso Pinto*. — A Directora-Geral da Administração Pública, *Maria Ermelinda Carrachás*.

ANEXO

Aprovação dos programas das provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso na carreira de técnico superior, área funcional de estudo, promoção e realização de projectos de investigação na área da conservação das técnicas de produção artística e da ciência dos materiais, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal do Instituto Português de Conservação e Restauro.

A — Área de química:

- 1) Materiais orgânicos e inorgânicos das obras de arte e utilizados na sua conservação;
- 2) Análise de materiais orgânicos e inorgânicos;
- 3) Análise microquímica clássica, qualitativa e quantitativa;
- 4) Microscopia de IV com transformada de Fourier (μS — FTIR);
- 5) Cromatografia líquida de alta resolução com espectrometria de massa (HPLC/MS);
- 6) Cromatografia gasosa com espectrometria de massa (GC/MS).

B — Área de física:

- 1) Determinação de propriedades/parâmetros básicos de interesse para a conservação;
- 2) Ensaios de envelhecimento acelerado;
- 3) Espectrometria de fluorescência de raios X (FRX);
- 4) Difracção de raios X (DRX);
- 5) Microscopia electrónica de varrimento com análise química associada (SEM — EDS);
- 6) Clorimetria.

C — Área de biologia:

- 1) Sistemática de animais e plantas;
- 2) Anatomia de madeiras;
- 3) Biodeterioração;
- 4) Controlo de infecções e infestações.

D — Comum a todas as áreas:

- 1) Noções gerais sobre a preservação e a segurança de objectos de arte, com especial incidência no seu transporte e na sua manipulação;